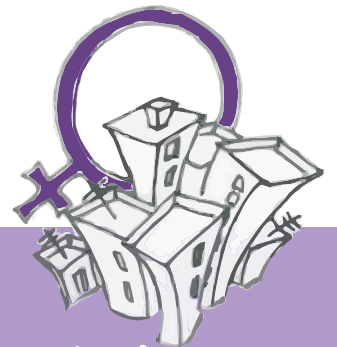


4

• História das mulheres
na história das cidades



Capítulo IV A história das mulheres na história das cidades

Cidade nos lembra cidadania

*Mulher nos lembra Simone de Beauvoir, que diz “não se nasce mulher, torna-se”.
Mulher na cidade nos lembra luta constante pelo seu espaço, sempre sem cidadania.
As mulheres não têm direito à cidade.*

*Entendendo a cidade como nos diz Henri Lefèbvre: “A cidade e o urbano
não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das
relações de classe e propriedade”. E, a partir de agora, de gênero.*

A mulher, para ser compreendida também, tem de estar contextualizada no processo de construção das classes sociais. Aí verificamos que a primeira opressão de classe é a dominação da mulher pelo homem, que, para garantir a propriedade em geral, primeiro transformou-a em sua propriedade, e, depois, os filhos e escravos.

Continuando com a fala de Lefèbvre: “Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais”.

A mulher não podia mesmo ter direito à cidade. Nas relações de classe ela pertence às classes inferiores não só economicamente, mas, antes de mais nada, culturalmente, por este ser um dos sustentáculos da ideologia dominante. E aqui assumimos a definição de cultura como construção de relações de comportamento e estabelecimento de funções num dado espaço construído.

O patriarcado, ideologia construída e dominante, que chega a seu apogeu em meados do século XII, desenvolveu um arcabouço de justificativas teóricas para embasar a produção do “caráter inferior” das mulheres. A mulher, já na instituição familiar, tem um papel real de subalternidade, embora não tenha sido sempre assim.

E, mais, as mulheres não têm tido o direito de ser proprietárias, mesmo de seu próprio corpo, nem dos bens que a sociedade exige como condição básica para se ter poder de decisão: terras e capital em moeda, principalmente. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), de cada 100 proprietários, só um é mulher. Do ponto de vista financeiro, elas exercem, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), três quartos do trabalho e da produção de riquezas no mundo e recebem apenas a quarta parte. No caso brasileiro, percebem 70% dos salários recebidos pelos homens, tendo quase o dobro de anos de escolarização.

Quanto às instituições de que nos fala Lefèbvre, na cidade política, as mulheres são minoria, na área militar, não têm poder de decisão, o mesmo acontecendo nas instituições religiosas, nos sindicatos e nos partidos políticos¹. “A cidade”, segundo Lefèbvre, “passou por períodos críticos. Desestruturas e reestruturas sucedem-se no tempo e no espaço”. Com as mulheres não foi diferente. As mulheres estiveram e estão presentes na dinâmica deste processo de desenvolvimento da cidade. Mas, ao contrário do que acontece com a história das cidades, temos poucos registros sobre a mulher na Antiguidade.

Afirmamos, no entanto, com categoria e plena consciência, o papel histórico

¹ Lefèbvre, H. *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes, 1991, p. 53.

da mulher no processo de formação da civilização humana. Como diz Alambert, em seu livro *Mulher. Uma trajetória épica*, de 1997, “os homens que contaram ou falaram sobre a história da mulher o fizeram sob a sua ótica”. E eles, como disse Pierre de la Barre, em plena Idade Média, “são ao mesmo tempo juiz e parte”. Segundo as feministas, a luta da mulher por sua libertação e autonomia já dura milênios, e ela vem transformando decisivamente o modo de pensar da humanidade (Alambert, 1997). Pelos poucos registros sobre a sua história, podemos saber que sempre resistiu e lutou contra sua dominação das mais variadas formas, nos mais variados momentos.

Zuleika Alambert afirma ainda que podemos compreender, “mediante a antiga associação entre a história das mulheres e a história do meio ambiente, o elo que mostra o parentesco natural entre o feminismo e a ecologia”. Seu subtexto diz que a mulher não concorda com a norma estabelecida pelo patriarcalismo, que impõe a dominação da natureza e a violência perpetrada a elas (mulher e natureza). A natureza não deve ser dominada, e sim deve-se desenvolver, de modo não agressivo, a relação entre ela e os seres humanos.

Continuando, diz Lefèbvre: “Lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. Elaborar a metalinguagem da cidade não é conhecer a cidade e o urbano. É preciso ainda compreender o contexto, aquilo que está sob o texto a ser decifrado (a vida cotidiana, as relações imediatas, o inconsciente do ‘urbano’, aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados – a vida sexual e familiar – e que não se manifesta mais nos *tête-à-tête*), aquilo que está acima desse texto urbano (as instituições, as ideologias – isso não pode ser esquecido na decifração)”.

Gostaríamos aqui de dizer a Lefèbvre que hoje a vida sexual e familiar tem sido cada vez mais falada e escrita, mas ainda não se tornou suficientemente visível. E que o tecido urbano encarado do ponto de vista social tem sido marcado por esses fenômenos sociais, que se materializam na arquitetura nos edifícios, como no caso da Delegacia de Defesa da Mulher, que veio tornar públicas as misérias das relações conjugais, dos “lugares de mulher”, que desde a Antiguidade se tentou estabelecer e hoje são uma realidade em todo o mundo, mas que exigem de nós a luta pela sua consolidação, pois, apesar de conquistados, esses espaços são freqüentemente ameaçados de extinção.

Acrescenta Lefèbvre que na cidade acontece a “aceleração dos processos (a troca e o mercado, a acumulação dos conhecimentos e dos capitais, a concentração de capitais) e a cidade torna-se local das revoluções”. Assim como a cidade, que, pela voz de Lefèbvre, vem reivindicar seu papel histórico, as mulheres também o fazem. Elas são parte desse cenário e contribuem para a concentração desses capitais, embora nas mãos dos homens, os quais ficam ainda com a maior parte dos conhecimentos acumulados.

Na história das mulheres, a cidade é um espaço em que se evidencia sua presença, suas discriminações são exacerbadas, as mesmas que elas enfrentam no espaço privado, como sua constante desqualificação, a permissão apenas para se comportarem como objeto de uso e abuso, e, muitas vezes, de troca (vide a indústria do tráfico de mulheres).

Descreveremos agora o processo de idas e vindas, de conquistas e perdas de espaço das mulheres, que se verificou na cidade e imbricado com a construção e a desconstrução de valores. Partiremos para uma viagem focalizando a vida da mulher através dos tempos.

O macroproblema da mulher deve ser pesquisado desde a Antiguidade, ou seja, a partir de um passado remoto. Mas fica difícil levar esta reconstituição até a pré-história, quando ainda não existia a escrita. Os estudos até hoje realizados com base em objetos e marcas (desenhos) deixados nos dão algumas pistas. Sabemos, por exemplo, que houve clãs maternos, em que as gerações eram transmitidas por linha matrilinear, já que os casamentos eram realizados por grupos. Este período durou milênios e coincide com o Mesolítico e Neolítico inferior. (Alambert, 1997).

A mulher aprendeu a fabricar vasilhas de barro, o que possibilitou o cozimento sistemático da alimentação. Na organização gentílica, coube à mulher, inicialmente, o papel preponderante. Com uma enxada primitiva, ela cavava a terra, semeava grãos e domesticava os animais. Enquanto o homem ia à caça em busca de alimentos, a mulher permanecia no acampamento cuidando das crianças, dos velhos, da habilitação e da ordem: seu trabalho era a principal fonte de existência para os que ficavam no acampamento. Enquanto esperava os homens da tribo, ela criava outras coisas: vasilhames de barro, novos uso do fogo, e sobretudo preparava unguentos e poções, já que aprendera a conhecer as propriedades medicinais das ervas que recolhia na floresta. Nossas ancestrais foram as primeiras praticantes da medicina que a humanidade conheceu. (Alambert, 1997).

Esse foi também o período das deusas que pareciam governar com muita sabedoria. Riane Eisler² nos dá como exemplo desse período histórico a extraordinária civilização antiga descoberta na virada do século XX na ilha de Creta, no Mediterrâneo. Essa civilização, desenvolvida sob o reinado de uma deusa, com a mulher jogando aí, portanto, um papel de grande destaque, o sistema de vida era o de parceria. Ali não havia guerras, a economia prosperava, e as artes floresciam. A parceria igualitária de homens e mulheres que parecia caracterizar a sociedade minóica³ foi bem ilustrada nos jogos sagrados, como o do touro, em que as mulheres e homens jovens apresentavam-se juntos e confiavam sua vida um ao outro. (Alambert, 1997).

Aqui destacamos trechos do livro de Alambert que nos dão um panorama da história das mulheres nas cidades, até os dias de hoje. Sobre o início do patriarcado, ela afirma que:

“Novos milênios transcorreram antes que fosse dado um novo passo à frente⁴. (...) Os homens primitivos já não podiam se conformar com os alimentos obtidos por acaso: raízes selvagens ou a caça, nem sempre feliz, de animais selvagens. O homem inventou o arado, que substituiu a enxada primitiva da mulher. O arado pressupõe a força do homem e da tração animal. O solo passa a ser trabalhado, os campos a serem irrigados artificialmente. São semeados. Os homens criaram os rebanhos. Nessa economia de novo tipo, o trabalho do homem adquiriu maior importância. O trabalho da mulher passa a ser desprezado. Em consequência, o lugar principal nos clãs passou a ser ocupado pelos homens. E, o domínio do homem nos clãs passou a ser chamado de patriarcado”.

E nos diz ainda que,

“com a introdução da agricultura extensiva e a criação do gado em larga escala, inicia-se a desagregação da sociedade comunal primitiva.

² Eisler, R. *O cálice e a espada*, Rio de Janeiro, Imago, p. 66.

³ Denominação derivada do nome do lendário rei Minos, de Creta (Alambert, Z. *Mulher, Uma trajetória épica*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997, p. 25).

⁴ *Id.*, *ibid.*

“O sistema primitivo permitira uma acumulação material necessária para se chegar a uma economia mais eficiente e a um novo modo de vida. Isto ocorreu entre 6.000 e 3.000 anos antes de Cristo.

“Na comunidade gentílica adiantada, estavam unidos os agricultores e pastores. A economia era dirigida em comum. Um chefe dirigia todos os assuntos da comunidade. O chefe geralmente era o mais velho e o que tinha mais experiência. Ele resolvia as questões entre membros dos clãs, determinava o trabalho de cada um, repartia entre todos o produto da caça e da agricultura. Ainda se desconhecia a propriedade privada, as classes e a exploração de um homem pelo outro.

“A organização comunal primitiva foi o primeiro estágio na escala da evolução do ser humano. Muitas causas levaram à desagregação da sociedade comunal primitiva: quanto mais evidente era o progresso da técnica, a utilização do bronze e mais tarde também dos instrumentos de ferro, maior se tornava a riqueza da comunidade, maior a riqueza que se acumulava na mão de certos indivíduos. O emprego da técnica do metal fez com que o trabalho manual se separasse da agricultura. Cresceu o intercâmbio entre os clãs e até entre os indivíduos, aparecendo assim o comércio.

“A igualdade que existia nos clãs começou a desaparecer, já que apareceu a propriedade privada. Algumas famílias acumularam mais terra, mais gado e mais escravos do que as outras. Na verdade, o excedente alimentar permitiu escravizar os prisioneiros, que eram atirados no trabalho pesado. Apareceram assim as classes: dominados e os dominadores. E a mulher tornou-se a primeira escrava do homem. Ela, que antes trabalhava para todo o grupo, passou a trabalhar apenas para um homem. Acabou a sua liberdade sexual. O homem determinou que a mulher só o teria, para ter a certeza de que seus filhos, aqueles que deveriam receber sua herança, eram seus legítimos herdeiros.

“O Estado foi criado mais tarde, para esmagar qualquer rebeldia das classes dominadas.

“Agora, não pensem que as mulheres sofreram essa derrota sem reagir. Muito pelo contrário, as mulheres lutaram, guerrearam, e, segundo Engels, as derrotadas coroaram a testa do homem com um par de chifres⁵. No momento em que a sociedade...”

A mulher no escravismo: nos estados do Oriente

Segundo Alambert, os estados mais antigos que conhecemos surgiram nos vales, junto aos rios: portanto, a ocupação dos vales acompanha a história da humanidade organizada em estados. Por exemplo, no vale do rio Nilo, no norte da África; nas terras baixas dos rios Tigre e Eufrates, na Ásia Menor; junto ao Indo e ao Ganges, na Índia; junto ao rio Amarelo, na China. Nesses vales, os homens foram passando pouco a pouco para uma agricultura em larga escala. Foram acumulando riquezas e progredindo. Os estados da Grécia e de Roma formaram-se depois.

⁵ Engels, F. *A origem da família, do Estado e da propriedade privada*.

Ainda de acordo com Alambert, o aparecimento do patriarcado (predomínio do homem) nos antigos estados agravou ainda mais a situação das mulheres na sociedade escravagista. Esse agravamento não ocorreu abruptamente, e sim foi um processo lento e gradual. Em algumas cidades antigas, as mulheres continuaram, inicialmente, valorizadas e gozando mais ou menos de certos privilégios.

Diz-nos essa autora ter sido no Oriente que surgiram e se formaram os primeiros estados escravagistas baseados na divisão da sociedade primitiva em classes. O Oriente Antigo era um imenso território que ia do Egito à China, incluindo a parte meridional da Ásia e do nordeste da África. No decorrer de sua história, as sociedades orientais criaram civilizações desde tempos muito antigos, que exerceram grande influência na evolução dos países europeus da Antiguidade. As civilizações mais influentes foram as do Egito, da Mesopotâmia e dos países das regiões da Palestina e da Síria, que se situavam entre as duas primeiras.

Egito, uma sociedade em ascensão. Como viviam as mulheres ali?

Ainda com base no que nos diz Alambert, a civilização egípcia foi um grande farol que se acendeu no mundo, marcando o alvorecer da história. E que 3.000 anos antes de Cristo, aproximadamente, já o Egito era um reino regular e solidamente constituído, muito adiantado no que concerne às artes. Os egípcios conheciam os metais. A criação de animais e a agricultura já não eram segredos para eles.

Alambert nos diz também que as mulheres eram tratadas com certa consideração e respeito. E que em todas as épocas a mulher teve no Egito uma situação honrosa e razoavelmente independente. E o sistema de sucessão por linha materna, mais ou menos alterado, manteve-se no Antigo Egito até o tempo de Ptolomeu, o que explica a situação relativamente privilegiada da mulher no vale do rio Nilo. A autora ressalta que frequentemente aparecia o nome da mãe, sem qualquer alusão ao do pai, nos hieróglifos, nas inscrições funerárias, nos documentos públicos etc. Não havia diferença entre filhos legítimos e ilegítimos. A sucessão dos bens familiares e sua administração cabiam geralmente às filhas mulheres, já que essas deviam manter os pais na velhice. Acrescenta que os baixos-relevos ou estátuas recuperados pelos arqueólogos comprovam o importante papel desempenhado pela mulher na família egípcia. Neles, ela sempre aparece sentada ao lado do marido.

Não há dúvida de que o homem era o chefe incontestado do núcleo familiar, mas a mulher usufruía, nessa sociedade, de uma posição privilegiada, se comparada às outras mulheres do Oriente. E nos antigos contratos matrimoniais encontrados fica comprovado que a mulher casada era senhora de seus bens, vendia, comprava, emprestava e pedia emprestado, sem autorização marital. Em direitos, a igualdade dos sexos no Antigo Egito era quase absoluta. O casamento podia ser dissolvido pelo divórcio ou a morte de um dos cônjuges. A viúva podia voltar a se casar, sem qualquer impedimento. Apesar de que o casamento se tornou uma união livre, o adultério se manteve, todavia, um caso grave. Uma mulher adúltera poderia sofrer sanções como o suplício do fogo ou o corte do nariz, que destruíam sua beleza “causadora do crime”.

Agora, quanto às ocupações, as do homem e as da mulher no Antigo Egito eram tidas como equivalentes, embora não fossem as mesmas. Muitas vezes a mulher saía

de casa para negociar (vender, comprar) com grande independência, enquanto o homem ficava em casa tecendo ou trabalhando nas oficinas. Alambert comenta que havia, porém, diferença entre a vida da mulher aristocrática e a da trabalhadora das camadas populares. As primeiras tinham escravos a seu serviço. As segundas realizavam todo o trabalho doméstico: fiavam e teciam algodão e linho, e, depois, cortavam as roupas, trituravam cereais para fabricar o pão, conduziam a charrua puxada por vacas, semeavam, faziam todo tipo de trabalho rural. Participavam dos trabalhos nas minas, principalmente na pulverização do mineral. Elas, tanto quanto as crianças e os homens, andavam nuas e trabalhavam até a exaustão e por essas razões envelheciam precocemente. Essa autora nos diz, também, que o Egito teve muitas rainhas. O caso de Cleópatra demonstra que no Antigo Egito a mulher tinha o direito de subir aos mais altos cargos e exercer todos os poderes, tanto quanto o homem.

Mesopotâmia

Semíramis é o nome de uma mulher ligada ao apogeu da Babilônica. A história fala muito pouco dessa figura feminina considerada lendária. Ela simboliza a inteligência, a astúcia, o prestígio e a capacidade de governo da mulher, num nível dificilmente suplantado ou sequer igualado pelo homem.

A condição da mulher no Império Babilônico pode ser apreciada por meio do Código de Hamurabi, que tem muitos pontos contraditórios. De um lado, busca garantir a justiça para a mulher e, de outro, a rebaixa, tirando-lhe parte das prerrogativas que ela tivera até então. O referido código continha 282 artigos, que davam conta dos delitos, da família, da propriedade, das heranças, da escravidão, nos quais sempre a mulher está envolvida e em nível de inferioridade em relação ao homem. Como vemos, a comunidade familiar babilônica tinha um caráter patriarcal. O chefe era o pai. Sempre se dizia “a casa do pai”. Os bens da família eram chamados “bens paternos”. O Código de Hamurabi só usa essas expressões. Os bens da casa paternal compreendiam as terras, a casa, as construções de exploração, os animais, os escravos, os utensílios, os produtos do domínio, o cobre, a prata, o ouro, tudo, enfim. Alambert também diz que, nessa família, a mulher era sempre menos privilegiada que o homem. A lei previa casos em que a mulher deveria se resignar quanto à admissão no lar de uma segunda mulher, ou de uma concubina escolhida entre os escravos.

Assíria

Era a região norte da Mesopotâmia, e pouco se sabe a seu respeito. Segundo Alambert, ela foi, do terceiro milênio até os primeiros séculos do segundo milênio, um Estado escravista. Nesse Estado, a situação da mulher era semelhante à da mulher na Babilônia, império que muito influenciou nos usos e costumes da Assíria. Essa autora afirma também que havia, entretanto, grande diferença entre a vida das mulheres do povo e as da nobreza, não apenas no que diz respeito às condições materiais de vida, mas também quanto à liberdade de ação. As assírias das camadas populares tinham uma independência quase ilimitada: freqüentavam os mercados, visitavam amigos, tratavam de seus negócios, herdavam, dispunham de seus bens, podiam ser testemunhas em juízo. Pouco lhes

faltava para serem equiparadas aos homens. As mulheres nobres tinham, perante a lei, os mesmos direitos, mas sua liberdade era fictícia. Tinham acesso ao luxo e ao conforto, mas deveriam permanecer quase sempre em casa, só podendo sair acompanhadas de servas, eunucos e pajens. Viviam em haréns, em estado de completa dependência do marido, na condição de verdadeiras escravas.

Países árabes

Alambert afirma que a mulher árabe apresentava muitas diferenças em relação às da Assíria e de outros países do Oriente Médio. Os árabes pertencem à raça semita e são um povo do sul da Ásia. O grupo semítico é amplo e tem vários ramos étnicos. Entre esses, o árabe e o hebreu definiram-se e tornaram-se importantes. As sociedades árabes, em seus inícios, caracterizava-se também pelo clã consanguíneo. A filiação materna precedia a linha paterna, que só mais tarde foi estabelecida.

A autora nos conta ainda que, segundo R. Smith, os árabes, em seu remotíssimo estado selvagem, adotavam o canibalismo e, no caso, as crianças eram as principais vítimas. O infanticídio prevaleceu até o tempo de Maomé, sendo sacrificadas sempre as crianças do sexo feminino, já que as meninas eram consideradas seres indesejáveis. Quanto ao casamento, podemos dizer que foi difícil sua regulamentação. Segundo muitos autores, os árabes viviam em certo estado de promiscuidade. A legislação dos árabes a partir do século VII passa a basear-se no Corão. Do ponto de vista moral, aceita-se a poligamia, ficando limitado, porém, o número das mulheres legítimas. O Corão recomenda o pagamento do dote nupcial, que se tornou a essência do casamento muçulmano. O primeiro dever da mulher, segundo o Corão, é servir o marido. O Corão justifica o domínio do homem e a servidão da mulher, além de proclamar a inferioridade mental do sexo feminino: "Os homens são superiores às mulheres por causa das qualidades que Deus lhes deu e também porque eles lhe dão um dote" (assim Maomé estabeleceu o princípio de que o homem domina a mulher por direito divino e pelo dinheiro).

Podemos concluir, por isso, que a situação da mulher muçulmana sempre foi de extrema sujeição, tanto dentro da família como na vida social. E que nos tempos pré-islâmicos, antes de Maomé, a situação da mulher na Arábia, embora tivesse aspectos degradantes, era muito mais independente. No deserto, ela era muito considerada e gozava de liberdade. A beduína assíria era muito mais companheira do homem do que sua escrava. As mulheres nômades do deserto do Saara faziam os mesmos trabalhos da beduína assíria (vida doméstica, tosquia dos rebanhos, fição de lã e pêlo de cabra; cuidavam dos cavalos que elas próprias também montavam), mas sua vida era muito mais dura, devido às grandes dificuldades materiais (transportavam os filhos, buscavam o combustível, armavam tendas, seguiam caravanas levando nas costas pesados fardos). Elas eram geralmente valentes, graças às circunstâncias do meio ambiente. Tinham que se defender, acima de tudo. Muitas vezes combateram ao lado dos homens, montando cavalos e camelos, usando as mesmas armas e rivalizando com eles em coragem. O profeta Maomé, porém, declarou as mulheres inferiores aos homens.

Palestina

Ainda segundo Alambert, os hebreus, no decorrer de sua história, se dividiram em israelitas e judeus. Isso aconteceu após o reinado do rei Salomão, em consequência da revolta das dez tribos. Os hebreus então se dividiram em dois reinos: o de Judá e o de Israel. Israelitas e judeus pertencem à mesma raça semita, formando um dos seus ramos mais importantes.

A condição de vida da mulher hebréia pode ser facilmente percebida através dos diversos códigos, a exemplo do Código do Deuteronômio. Os seguintes artigos que transcrevemos pertencem ao conjunto legislativo que abrange os capítulos de XII a XVI do Deuteronômio:

“Se um homem casou e sua mulher não for virgem: deve lançá-la para fora das portas da casa de seu pai, e os habitantes da cidade a apedrejarão e morrerá, porque cometeu um crime detestável em Israel, caindo em culpa em casa de seu pai, tirarás o mal de teu meio”.

“O bastardo, isto é, o que nasceu de mulher pública, não entrará na congregação do Senhor até a décima geração.”

“Não haverá entre as filhas de Israel mulheres prostitutas.”

Entre os semitas hebreus, tanto quanto os semitas árabes dos tempos históricos, a família era patriarcal. O pai tinha poder de vida e de morte sobre os filhos. O nascimento de uma filha mulher era em geral motivo de descontentamentos. No que se refere à herança, havia desigualdade de direitos entre filhos e filhas. Na Palestina, não havia escolas para moças. Sua educação era dada pelos pais, que deveriam ensinar-lhes os livros sagrados, cabendo à mãe fazer delas perfeitas donas de casa.

Primitivamente, os hebreus eram monogâmicos e desconheciam o divórcio. A poligamia veio mais tarde, sendo tolerada somente entre os homens mais ricos, que tivessem possibilidade de manter suas mulheres. A mulher não tinha o direito de escolher o homem que viria a desposar, simplesmente aceitava o que lhe era designado pela família. A maternidade era a suprema aspiração da esposa hebréia. A mulher era muito venerada no seio da família. A mulher viúva era obrigada a desposar o cunhado (lei do levirato), o que a impedia de contrair núpcias por livre opção.

O crime de adultério era julgado pelo Sinédrio, tribunal supremo da Judéia, em que a mulher culpada apresentava-se vestida de negro e sem qualquer ornamento. A severidade da Bíblia dizia respeito a toda a vida sexual. Também para os hebreus, a mulher era um ser inferior. Israelitas e judias não tomavam parte nos negócios públicos. Isto não impediu que, excepcionalmente, uma mulher como Débora governasse o povo judeu durante quase 40 anos (1392 a 1350 a.C.). O adultério entre os hebreus era punido com a morte do homem e da mulher que prevaricavam. A idéia de impureza da mulher durante o período de regras ou depois do parto, sempre persistiu.

Além disso, mulheres nunca desempenharam funções sacerdotais, quando muito, participavam das cerimônias do culto. E, para marcar bem a inferioridade da mulher, o Gênesis (primeiro livro da Bíblia) assinalava que a humanidade descendia de Adão e Eva – os primeiros humanos criados por Deus –, tendo sido o homem formado de barro e a mulher, de uma costela de Adão. (Alambert, 1997).

Nos países asiáticos

Na China, na Indochina, na Malásia, na Índia antiga, no Japão, salvo pequenas diferenças, as mulheres estiveram sempre subordinadas aos homens da família, amarradas a leis draconianas e machistas, dependentes em tudo e jamais conseguindo atingir a maioria. (Alambert, 1997).

A mulher na Europa antiga

Grécia

As mais livres eram hetairas, por exemplo, Aspásia, amiga do famoso estadista Péricles. Laís, Frinéia ou Lamia eram instruídas e se interessavam por ciência e filosofia. Desenvolviam atividades políticas e influíram nos assuntos do Estado.

Atenas, após a vitória sobre os persas, tornou-se um centro econômico, político, cultural e uma grande potência marítima, que predominava no leste do Mediterrâneo. O período diretamente ligado à evolução anterior da Grécia é denominado “época homérica”. É nesse período que a comunidade primitiva se desagrega, ao mesmo tempo em que aparecem os traços fundamentais da sociedade dividida em classes. O processo revolucionário de formação da sociedade escravista e do Estado coroou esta etapa da história. (Alambert, 1997).

A mulher da época homérica aparece elevada à maior dignidade. Podemos dizer que Helena e Penélope tinham uma natureza quase sobre-humana. É verdade que eram nobres, e suas personagens são mais literárias do que reais. Não há dúvidas, porém, de que as mulheres das classes médias e populares procuravam imitar seus comportamentos heróicos. Na sociedade homérica a mulher teve grande destaque. Tanto é que são numerosos os episódios mitológicos em que elas aparecem com prestígio excepcional. (Alambert, 1997).

Em Esparta, um dos estados mais antigos da Grécia, a educação das moças correspondia aos interesses do Estado e visava ao desenvolvimento harmonioso das futuras mães de gerações sadias. Nos ginásios, as moças, do mesmo modo que os rapazes, realizavam exercícios de ginástica: elas aprendiam a dança, a música e o canto. Enquanto em outros estados gregos as mulheres viviam enclausuradas, em Esparta elas se igualavam aos homens, gozavam de grande liberdade e respeito por parte de seus concidadãos. Esta situação é testemunha de notáveis sobrevivências da linha matrilinear. (Alambert, 1997).

Quando a cultura grega alcançou seu esplendor, as coisas começaram a mudar. As mulheres, pouco a pouco, foram perdendo suas antigas prerrogativas em meio a lutas sangrentas e crimes espantosos. As lendas homéricas falam de ódios e vinganças entre pais e filhos. Quanto à herança, até então transmitida pela mãe, começa a sê-lo pelo pai. As coisas aconteceram desse modo porque as mulheres gregas foram sendo afastadas do trabalho produtivo, passando a viver apenas para o lar e tornando-se meros instrumentos de procriação. (Alambert, 1997).

Assim, na Grécia ilustrada, tanto quanto em Roma, com suas inúmeras colônias, as mulheres, até mesmo na livre e rica cidade de Cartago, não tinham direitos nem privilégios. As mais livres eram as *hetairas* livres ou as escravas emancipadas, que infringi-

ram as leis e se tornaram famosas. Frinéia inspirou o grande escultor Praxíteles, e Lamia, que viveu em torno do ano 500 antes de nossa era, desempenhou um papel decisivo na conjuração contra os tiranos que queriam aproximar-se do poder. Foi encerrada numa prisão, junto a seus companheiros que haviam lutado pela liberdade. Para não os delatar, ela cortou a língua com os dentes e a cuspiu na cara dos juízes. (Alambert, 1997)

Elas não realizavam nenhum trabalho produtivo, por isso não eram valorizadas. Mas na Grécia também houve, além das que faziam serviços braçais, algumas mulheres que, no campo da arte, da ciência e da filosofia, chegaram a grandes alturas. Destacamos Safo, poetisa grega que organizou na ilha de Lesbos uma escola própria para suas amigas. Agnidike, a primeira médica, que se vestiu de homem para poder aprender a medicina. Elas foram, entretanto, excepcionais. Algumas mulheres gregas já então começaram a entender que seria impossível modificar o papel das mulheres sem uma radical transformação nas relações sociais da escravidão. (Alambert, 1997)

Roma

As mulheres não tinham direito a ter um nome próprio, eram numeradas seguindo a ordem de nascimento. Exemplo: se o pai se chamava Lucrecio, as filhas eram Lucrecia I, Lucrecia II etc.

Roma foi um dos mais poderosos estados escravagistas da Europa Ocidental e um dos últimos a se formar. Segundo Alambert, foi também aí que o patriarca atingiu sua força máxima. A família romana era dirigida por um chefe, considerado, ao mesmo tempo, pai, pontífice e juiz. Mas a família maternal existiu em Roma, embora aparentemente tenham restado poucos vestígios dela. Apesar de Roma ter entrado na História em pleno regime patriarcal, há indícios de que a família romana foi precedida pelo clã consanguíneo de filiação materna. (Alambert, 1997)

Em Roma, a autoridade do pai era enorme. Ele era a principal base de constituição do Estado. Na casa, o pai era senhor absoluto, com direito de vida e morte sobre todos que viviam sob sua autoridade. E nessa família as mulheres não tinham direito a ter um nome próprio, só os homens tinham esse direito. Meninos e meninas tinham direito à herança, mas entre eles havia uma diferença. O menino poderia herdar aos 14 anos, e a menina permanecida em perpétua menoridade, com tutores que fiscalizavam os seus bens. No direito romano, a filha casada não herdava do pai. Foi o imperador Cláudio quem terminou com a tutela dos agnatos, o que constituiu um passo à frente na emancipação da mulher. (Alambert, 1997)

Casada ou solteira a mulher estava sempre sob o domínio do homem. Sua situação, apesar da austeridade dos princípios, era diferente da esposa grega. Podia sair livremente, circular pelas ruas, ir ao teatro com os homens e freqüentar o fórum. Recebia suas visitas no átrio, assim como amigos de seu marido e até estrangeiros. Presidia a educação dos filhos, nos banquetes sentava em lugar de honra, observava a arte doméstica e muitas vezes ajudava o marido a administrar seus bens. Era companheira, e não serva do esposo. Pela moral, a mulher aprendia que deveria obedecer e que era natural o marido mandar, mas também se ensinava o marido e a mulher a se respeitarem mutuamente. (Alambert, 1997)

A indissolubilidade do casamento em Roma durou séculos. Os romanos adotavam a monogamia. Havia, contudo, o direito do marido de repudiar a mulher, que ele usava com plena liberdade. O repúdio ocorria no caso de adultério, prática de aborto pela mulher e abandono do lar. Entre os escravos, a mulher não tinha o direito de escolher seu marido. Era o senhor que escolhia seu parceiro. (Alambert, 1997)

Em geral a educação da mulher romana era rudimentar. Como não exercia funções públicas, não tinha personalidade jurídica; a instrução para ela não tinha finalidade. Uma das contradições mais sérias da situação da mulher romana era o fato de a ela caber conservar o fogo perpétuo no “altar da cidade” do templo de Vesta. As que cumpriam essa função eram chamadas “vestais”. A vestal que deixasse o fogo sagrado apagar-se era violentamente chicoteada. Os romanos tiveram também suas deusas: Juno, Vesta, Minerva, Vênus, cada uma com uma função determinada.

Na época da decadência de Roma, muita coisa foi-se modificando. Organizavam-se as chamadas bacanais, em que eram abundantes os perjúrios, as falsificações e os envenenamentos. Muitas mulheres faziam parte desse tipo de culto a Baco, e muitos maridos foram por elas envenenados. Na vida das mulheres refletia-se agora o declínio político, moral e religioso do Império Romano. As sibilas faziam previsões, influenciando até nas decisões do Estado. Enquanto isso, as mulheres do campo trabalhavam dura e pesadamente, num enquadramento de costumes ainda mais restritivo.

Com o fim da República, no século I a.C., e o início do Império, a devassidão atinge em Roma níveis altíssimos. Após as guerras vivis que lá se desencadearam, a matrona romana, que nas épocas anteriores fora discreta e laboriosa, enveredou pelo caminho da devassidão. Sua corrupção tornou-se enorme. Ela, por amor ao luxo, caiu na libertinagem. Algumas chegaram mesmo a se inscrever como prostitutas nos bordéis de Roma. Tudo isso aumentou o número de divórcios. O casamento passou a ser dissolvido à toa. Os homens negavam-se a casar...

O ambiente familiar refletia a licenciosidade geral. As casas se transformaram em locais de orgia. As mulheres nesse período freqüentavam o teatro, o circo, os fóruns, conviviam com gladiadores, cômicos de baixa categoria e adoravam os vencedores dos jogos, freqüentando também as bruxas que prediziam o futuro. Os reis e rainhas da época viviam na mais completa desordem.

Salienta Alambert que, no entanto, as mulheres do povo continuavam em sua maioria a levar uma existência de trabalho e obscuridade, como sempre. Elas jamais foram tão depravadas quanto as mulheres nobres. Também algumas matronas salvaram-se da decadência geral. Entre elas, Cornélia, mãe dos tribunos Tibério e Caio Graco, sempre citada como exemplo de austeridade e nobreza moral; Agripina também se destacou no mesmo sentido. (Alambert, 1997)

Quando a dissolução dos costumes atingia seu ponto máximo, ocorreu a queda do Império Romano. Nesse momento o cristianismo – que já por três séculos minava as bases morais e políticas do sistema vigente e vinha se expandindo –, surge como “força redentora”, também das mulheres. (Alambert, 1997)

As grandes religiões patriarcais e sua influência na vida da mulher

As grandes religiões patriarcais, que exerceram em geral uma influência tão negativa na vida da mulher, foram implantadas tempos depois de as transformações políticas, econômicas, técnicas e ideológicas terem transformado profundamente a vida das sociedades e eliminado o monopólio das divindades femininas do Neolítico antigo. (Alambert, 1997)

Em seu livro *O feminismo*, Andrée Michel relata o seguinte fato: “Segundo um eminente historiador das religiões, duas descobertas fundamentais estão na origem do aparecimento das religiões patriarcais. O conhecimento e a domesticação dos animais permitiram que se descobrisse o papel do macho na geração. Mais tarde, quando o arado inventado pelos homens substituiu a enxada manejada pelas mulheres, o arado adquiriu uma significação fálica como sendo o instrumento que prepara a terra para ser fértil”. Crenças, sem dúvida, relacionadas com a descoberta do papel masculino na geração⁶.

O entendimento de um dualismo procriador fez com que fosse atribuído à Deusa-Mãe um parceiro macho. Inicialmente, a esse amante, irmão ou esposo foi atribuído um lugar subordinado em relação à Deusa, depois, igual. Mais tarde, a Deusa desapareceu, cedendo o primeiro lugar ao Pai, Criador soberano dos elementos e dos seres humanos, fosse em Atenas, Roma ou Egito. (Alambert, 1997)

O passo definitivo e último foi dado quando se criou o Deus onipotente das grandes religiões patriarcais (o Deus dos católicos, o Deus dos muçulmanos, o Deus dos judeus). (Alambert, 1997).

Novamente segundo Alambert, o cristianismo e o islamismo inicialmente foram responsáveis por certa melhoria das condições de vida da mulher. Mas a repressão já era latente nessas duas (mais o judaísmo), religiões que sempre fizeram das mulheres seres de segunda classe, indignos de exercer funções sacerdotais em consequência de seu sexo. O desenvolvimento posterior de uma casta de sacerdotes, cujo ensino baseou-se na superioridade dos machos e no desprezo pelas mulheres, consagrou essa repressão, cujo apogeu foi atingido no Ocidente com a Inquisição, quando, às centenas, as mulheres foram enviadas às fogueiras para serem queimadas vivas na condição de bruxas, pelo único fato de não se adaptarem às regras estabelecidas pelo catolicismo.

Alambert prossegue afirmando que essa religião, a que mais de perto nos toca, realizou no mundo uma revolução moral de grande importância, que chegou mesmo a erguer uma nova civilização, a chamada civilização cristã, para a qual apelam, até hoje, os reacionários dos quatro cantos da Terra, sempre que desejam realizar algo de sujo e sangrento. “A defesa da civilização ocidental e cristã” é uma bandeira mágica em nome da qual têm sido derrubados governos legalmente eleitos, matado, prendido, torturado milhares de seres humanos que ergueram suas vozes contra os interesses mesquinhos e escusos dos poderosos, ou mesmo desencadeado guerras sangrentas e desumanas. (Alambert, 1997).

Os chamados “princípios morais e cristãos” não só abalaram as sociedades como despertaram e moldaram a consciência humana.

Ao surgir, o cristianismo, de certo modo, deu dignidade à mulher no plano espiritual, já que ela, a mais oprimida e aviltada criatura, sentiu-se reabilitada e com maiores esperanças. O apóstolo São Paulo, por exemplo, proclamou: “Não mais escravo,

⁶ Michel, Andrée. *O feminismo – Uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 22.

nem homem livre, nem macho, nem fêmea: vós sois todo um em Jesus Cristo”. (Alambert, 1997)

Mas, objetivamente, o cristianismo (especialmente o católico) traz também, em suas concepções, toda a misoginia dos judeus em relação à mulher.

Estes sempre consideraram a mulher uma criatura inferior, impura pela própria natureza, culpada de todos os males que afligem o gênero humano, por ter atraído sobre ele o pecado original, a maldição de Deus. (Alambert, 1997)

Os próprios Evangelhos confirmam a inferioridade da mulher, pondo-a na mesma categoria dos menores, quando dizem, referindo-se à “multiplicação dos pães”: “E os que comeram foram quatro mil homens, meninos e mulheres”. (Alambert, 1997)

O fato concreto é que as mulheres, tão sacrificadas e exploradas, foram marcadas pelas mensagens de amor, fraternidade e igualdade que eram pregadas pelo cristianismo. E por isso se tornaram suas maiores defensoras e divulgadoras. É impressionante o número de mulheres heróicas e mártires na mesma legião daqueles que foram duramente perseguidos e torturados por defenderem as novas idéias, que nasciam como um sinal de liberdade para todos os oprimidos. (Alambert, 1997)

Na opinião de Alambert, diante do cristianismo nascente, as mulheres puderam expandir todos os seus sentimentos, piedade e abnegação recalcados durante milhares e milhares de anos. Prometeram-lhe um lugar ao lado do homem no céu, e isso foi o suficiente para que ela se sacrificasse por uma igualdade que lhe viria depois da morte. E elas tornaram-se apóstolas, mártires, santas. Defenderam sua dignidade com força inusitada. O amor a Cristo fez com que elas pusessem sua virgindade acima de tudo, como maior prova de amor ao amante místico. Por isso não é de surpreender o número de jovens que nos primeiros séculos do cristianismo preferiram morrer a sacrificar sua castidade. (Alambert, 1997)

Muitas entre elas são citadas por Maria Lama em seu livro *A mulher no mundo*, por exemplo, Inês, formosa adolescente romana atirada a um prostíbulo por haver repellido o filho do prefeito; Dorotéia, queimada viva no ano 311 sob o governo de Maximiniano, imperador de Roma; Luzia, que arrancou os próprios olhos para que os homens se desinteressassem por ela, e assim por diante. Tudo isso foi o ponto de partida para um novo caminho. Veremos daqui por diante aonde ele levou a mulher. (Alambert, 1997)

A mulher na Idade Média

Contextualizando, a Idade Média foi profundamente misógina, de acordo com o historiador Georges Duby, em seu livro *Idade Média dos homens*. Esta foi uma época acentuadamente masculina. E as mulheres que conseguiram vencer a barreira de preconceitos desse período histórico podem ser contadas nos dedos. Foi a era dos cavaleiros, monges, cronistas, escritores, separados do mundo feminino por obstáculos intransponíveis. (Alambert, 1997)

De acordo com Z. Alambert, a Idade Média compreende a história da Europa Ocidental, da Europa Central e de Bizâncio, do século V ao século XVII. Começa com a queda do regime escravista no século V e vai até as revoluções burguesas ocidentais. Corresponde ao surgimento, florescimento e declínio do feudalismo. Afirma ainda essa

autora que o caráter historicamente progressista da economia feudal, em comparação com as formações econômicas anteriores, deve ser buscado nas relações de produção novas, baseadas na pequena exploração individual de tipo familiar, conjugada ao monopólio dos senhores de terra da classe dos feudais. (Alambert, 1997)

Nesse longo período da história da humanidade, Alambert destaca dados que nos permitem acompanhar a transformação de costumes na família e na vida pública, e que esboçam a condição de vida da mulher no período feudal. Ela também nos diz que os homens, não conhecendo a realidade das mulheres, temiam-nas ou desprezavam-nas. Para essa autora, é necessário buscar saber por que essa misoginia desenvolveu-se com tanta força, sob quais formas ela se expressou, por que a situação das mulheres desenvolveu-se tão pouco no decorrer de dez séculos de história e também explicar como o peso dos mitos e das tradições prolongaram, sem mudanças maiores, a antiga servidão da mulher. (Alambert, 1997)

Em seu livro o antifeminismo medieval ocupa um espaço, porque, como enfatiza Z. Alambert, "ele compõe o pano de fundo de uma cultura que, sob nossos olhos, tenta se constituir em plena encruzilhada das tradições antiga e cristã, das quais, ainda hoje, em muitos pontos somos herdeiras", mas é também a partir delas que o feminismo nascente verá a luz do dia e a causa das mulheres começará a ser apresentada sob uma forma e em termos completamente novos⁷.

O período pré-feudal (do século V ao século XI)

Alambert diz que o período pré-feudal foi marcado pela formação do feudalismo, que pode ser definido como o modo de produção medieval, caracterizado pela economia rural e auto-suficiente de uma sociedade formada por senhores e servos e pelo poder político descentralizado (mas de caráter localizado).

Com a queda do Império Romano e as grandes invasões, a civilização foi posta em causa. O direito romano sofreu influência de uma ideologia nova: o cristianismo. E, nos séculos que se seguiram, os chamados bárbaros fizeram triunfar suas leis. A situação socioeconômica foi transformada, e isto repercutiu na vida das mulheres. No vazio provocado por essa queda, emergiram as organizações tribais dos germanos e francos, e de alguns povos bárbaros não germânicos. (Alambert, 1997).

A mulher, entre os bárbaros não germânicos, tinha uma condição específica, não totalmente comparável à das sociedades anteriores. Por exemplo, "na Bretanha, a sucessão do poder se fazia pela linha feminina. Os irlandeses contratavam casamentos temporários, que se faziam e se desfaziam anualmente". Na Albânia, os homens compravam as mulheres, e o marido exercia um poder despótico. No Montenegro, a mulher fazia todos os trabalhos pesados e era vista pelo marido como um animal de carga. Na primitiva Gália, antes das invasões, o pai tinha direitos de vida e de morte sobre a mulher e os filhos, que podiam até ser sacrificados sobre seu túmulo. Em alguns países bárbaros, a mulher chegou a ser uma unidade monetária⁸.

Na Europa, entre os povos brancos de origem não germânica que não haviam sido romanizados, a condição da mulher, no início da era cristã, tinha muitos aspectos contraditórios, como vimos acima. Tanto gerais como historiadores destacam a importância da mulher naquela época. Por seus relatos, podemos perceber como a era a

⁷ Alambert, Z. *Mulher. Uma trajetória épica*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997, p. 39 e 40.

⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 40 e 41.

condição da mulher entre esses povos, que ocuparam parte da Europa no início de nossa era e cujos usos, leis e costumes só lentamente foram transformados, por força da influência de outros povos e da religião cristã. O fato é que, entre outros costumes igualmente brutais, o casamento por rapto era comum na Europa bárbara. (Alambert, 1997)

Alguns dos costumes indicados existiram durante as invasões, já durante os primeiros séculos do cristianismo, mantiveram-se na Idade Média, e, mais atenuados, chegaram até nossos dias. (Alambert, 1997)

Podemos compreender algo sobre a mulher entre os bárbaros germânicos ao estudarmos o exemplo da lei sálica – vigente entre os sálhos, uma tribo dos francos –, que estabelecia:

- “Se um homem morre sem filhos, seu pai ou sua mãe lhe sucederão”;
- “Se não tem pai nem mãe, seu irmão lhe sucederá”;
- “Se seu pai não tem irmã, o mais próximo parente macho lhe sucederá”;
- “Nenhuma porção de terra sálica passará à mão das mulheres; mas pertencerá aos machos: quer dizer que os filhos machos sucedem a seus pais”. (Alambert, 1997)

A lei sálica (no que diz respeito à transmissão de propriedade), a lei turíngia e a lei ripuária pertencem à mesma família de costumes germânicos. (Alambert, 1997)

Alambert afirma que o cristianismo fundiu-se com a tradição germânica por força da afinidade democrática de ambos. Entre os germanos, a mulher já gozava de uma consideração mais elevada do que entre os outros povos primitivos, mas o cristianismo resgatou-a do antigo desprezo, embora sem equipará-la ao homem, e o casamento tornou-se uma instituição divina.

Entre os germanos, o núcleo familiar regia-se pela constituição patriarcal. Os assuntos mais importantes eram, porém, resolvidos pelo conselho da família, e este velava pelo justo exercício do poder paterno, para que ele nunca abusasse de seus poderes. Após a morte do pai, parte de seus poderes passava à mulher, se não houvesse filhos na maioridade. Após as invasões, tais costumes alteraram-se. A legislação germânica perdurou, todavia, com toda a sua pureza, mesmo após a conquista romana, entre os povos das ilhas hoje abrangidas pela Irlanda e a Grã-Bretanha, da Escandinávia e de parte da Alemanha. (Alambert, 1997)

Da ligação e mistura do direito germânico e do direito romano é que surge a legislação medieval. A concepção de família por parte dos germânicos permaneceu viva entre as populações bárbaras mais organizadas. E a instituição do casamento conservou seu caráter primitivo. O homem comprava a esposa, devendo pagar, antes da boda e perante testemunhas, o preço combinado como pai da noiva. A viúva, entre os escandinavos, era tão presa à primeira união conjugal, que nos tempos mais antigos ela se deixava queimar ou sepultar com os despojos mortais do marido. O adultério era ferozmente condenado, embora a lei sálica tenha reduzido a pena da adúltera ao pagamento de uma indenização. O divórcio era permitido em caso de adultério, assassinato ou magia, praticado por um dos esposos. (Alambert, 1997)

A mulher, entre os bárbaros, não podia testemunhar. E, se não tinha capacidade jurídica, também não tinha política. Por isso não há exemplos de filhas que sucederam ao soberano no trono, durante os primeiros séculos após a conquista. A condição civil

das princesas era igual à das outras mulheres: filhas, esposas e viúvas estavam sob o mando de seus pais, maridos ou parentes próximos. Socialmente, a mulher estava em desigualdade com o homem, sujeita à humilhação e a ofensas. (Alambert, 1997)

A mulher no regime feudal⁹

Segundo Alambert, apesar de algumas pequenas vantagens adquiridas, o estatuto geral da mulher da Idade Média foi sempre muito precário. O regime feudal baseava-se nos feudos concedidos pelo suserano a seus vassallos. Esse sistema influiu fundamentalmente na situação da mulher, porque a excluía de qualquer partilha, criando o direito de progenitora para os filhos varões. Se não havia varão, o casamento da filha herdeira tinha de ser resolvido pelo suserano, que escolhia um vassallo de sua confiança capaz de defender o feudo. Todas as sociedades medievais seguiram esse caminho.

E mais: a menina era prematuramente destacada para casar com este ou aquele vassallo. Os amores que fugiam a essa regra eram duramente perseguidos. A viúva poderia ser obrigada a casar novamente, se assim o desejasse o senhor feudal. Só aos 60 anos ela estava dispensada desse sacrifício. Mais do que um simples negócio, o casamento tinha importância dinástica, diplomática e administrativa. Os colonos e servos não escaparam a essa regra. Faziam-se casamentos de troca entre os filhos e filhas dos servos das várias comunidades, se isso interessasse aos donos dos feudos. (Alambert, 1997)

O famoso direito da primeira noite era uma concessão do suserano aos convidados para o casamento, que podiam coabitar com a jovem desposada antes de seu marido. Do mesmo gênero foi o "direito do senhor" ou "de pernada", que historiadores e sociólogos afirmam ter surgido na Europa durante a Idade Média, sobretudo na Rússia, perdurando até o início do século XX. (Alambert, 1997)

A prostituição também foi muito incrementada durante esse período histórico. Alguns soberanos tentaram acabar com os prostíbulos, mas, diante da dificuldade em fazê-lo, optaram pela regulamentação da prostituição, que, afinal, foi se sofisticando com a passagem dos tempos. (Alambert, 1997)

A mulher, no início da Idade Média, era educada somente para a vida familiar e a devoção religiosa. Apenas aprendia a ler, raramente sabia escrever. Eram-lhe ensinados trabalhos manuais, como fiar, tecer, bordar, fazer vestidos, etc., e também economia doméstica (preparar e conservar a alimentação, como bem dirigir uma casa, etc.). A educação de meninos e meninas era igual até os 7 anos (aprendiam ambos a rezar, a conhecer a doutrina moral cristã, que convinha à sua linhagem, já que sempre eram nobres). (Alambert, 1997)

Nas classes inferiores e servos não aprendiam nada, apenas a rezar com sua mãe. Depois dos 7 anos, a educação se diferenciava, eles se educavam para a guerra e elas para a vida familiar. Apenas algumas poucas filhas de nobres recebiam a mesma instrução que os homens. Aprendiam a ler, estudavam latim, filosofia. Eram, porém, sempre olhadas com desconfiança. Por razões políticas e econômicas, casavam-se muito cedo. (Alambert, 1997)

⁹ Alambert, Z. *Mulher. Uma trajetória épica*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997, p. 42.

O advento da cavalaria

Os rapazes nobres começaram a receber uma educação renovada, em harmonia com as transformações dos costumes. Aprendiam as artes cavaleirescas (equitação, manejo de armas, regras de combate, canto e tocar instrumentos de corda), a respeitar a religião e a mulher, a cumprir os costumes cortesãos. Foi o período da exaltação da mulher, mais teórica do que prática, já que o marido podia legalmente bater na esposa a pretexto de qualquer coisa. Quanto às mulheres, foram se interessando pelos poemas, canções e passatempos que as cativavam. A educação feminina foi se ampliando. Agora aprendiam a falar francês e a ler poemas nessa língua, cultivavam o canto, os bailes, os instrumentos musicais e jogos de sociedade, como o xadrez. (Alambert, 1997)

O ideal de educação feminina do século XII ao XIV poderia ser assim resumido: regras de moral, maneiras cortesãs, ler, escrever e falar latim e francês, compor e cantar rondós, tocar harpa, etc.¹⁰. A educação entre as fidalgas passou a ser importante, e algumas dessas mulheres instruídas puderam se destacar. Entre elas, Christine de Pisan, que não viveu uma vida de lamentos, como era hábito na época, mas apoiou as mulheres corajosas de todos os tempos, citando sempre as amazonas por sua valentia, a rainha de Sabá e a profetisa Débora pelo seu muito saber. (Alambert, 1997)

A precariedade do estatuto feminino durante toda a Idade Média está ligada à ambigüidade da religião cristã (de um lado, defendia uma proteção geral e abstrata para os fracos, como as mulheres e escravos; de outro, a corrente judaica, muito forte em seu seio, conduzia a mulher a uma segregação de fato). A Igreja romana ao mesmo tempo exaltava e denegria a mulher, oscilava entre Eva e Maria. De um lado, promovia a mulher, de outro lado, mantinha sua submissão secular, que ela acreditava estar de acordo com a ordem das coisas. (Alambert, 1997)

Fortalecida, a Igreja começou também a legislar. A legislação canônica e os decretos conciliares são muito severos em relação à condição feminina. Tornou-se conhecido o antifeminismo dos clérigos. A Igreja Católica sempre defendeu a obrigatoriedade do casamento monogâmico e sua indissolubilidade. E lutou contra tudo que negasse isso: os repúdios, os divórcios, a poligamia, a concubinação. (Alambert, 1997)

Difundiu o casamento como sacramento, impondo a bênção nupcial e a autorização do padre, exigindo a publicação dos editais e dando grande brilho à cerimônia. Ao mesmo tempo, condenou os contratos de casamento, o que dava à mulher certa liberdade de escolha. Mas não se limitou a isso. A Igreja cristã, sempre ambígua, criou e tornou triunfante o tabu sexual. (Alambert, 1997)

A história de Adão e Eva (ou seja, a história do pecado original) mostra que a mulher foi a “grande instigadora do mal” que desabou sobre a humanidade. A partir desse fato, outras idéias foram sendo desenvolvidas, como a de que a sexualidade existe não para o exercício do prazer, mas para permitir a reprodução da espécie. A proibição da prática sexual durante a gravidez e a menstruação (uma sujeira!) é fruto dessa concepção. A mulher que faz amor por prazer está em estado de pecado mortal. O coito interrompido, a masturbação, o lesbianismo, a bestialidade são perversões que devem ser severamente punidas. Até o casamento, as relações sexuais estão impregnadas das idéias de sujeira, por isso é bom evitá-las. Se as relações sexuais ocorriam na Quaresma, a Igreja infligia aos culpados 20 dias de jejum. A Igreja massacrou com violência as mulheres que tentavam inter-

¹⁰ Alambert, Z. *Mulher. Uma trajetória épica*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997, p. 43 e 44.

romper a gravidez. (Alambert, 1997)

O anátema da carne caiu também sobre os próprios clérigos. Até o século XI, os padres, bispos e clérigos podiam se casar. Alguns mantinham amantes e concubinas. Por isso, a Igreja quis pôr ordem na própria casa. E veio a proibição do casamento para os padres. Com isso, a Igreja “matava dois coelhos de uma só cajadada”. Primeiro: a mulher “tentadora” era retirada de campo, já que ela atrapalhava a prestação de serviços ao bom Deus. Segundo: ressalvava-se a condição da Igreja, rica herdeira, que não poderia ver os bens de seus servidores fragmentados entre os filhos dos padres. (Alambert, 1997)

Toda essa situação foi facilmente assimilada pela mulher, graças à sua total ignorância e atraso cultural. (Alambert, 1997)

Mas já nos séculos VI e VII os padres haviam privado as mulheres do direito ao episcopado e puseram em seus escritos todo o antifeminismo dos séculos anteriores. Os imperadores e os reis, para manter seu poder e estados, foram se submetendo cada vez mais ao domínio da Igreja, assim como adaptando a legislação civil aos preceitos religiosos. (Alambert, 1997)

Em fins do século XI, a resolução gregoriana introduziu reformas no interior da Igreja. O celibato foi imposto aos sacerdotes. As mulheres foram eliminadas das altas funções que exerciam. Os conventos deixaram de ser aceitos como locais mais abertos de cultura e educação, tendo sido submetidos ao poder episcopal e, depois, à hierarquia da Igreja Católica Romana. O acesso às universidades e escolas foi proibido às moças, que continuaram a ser educadas nos conventos. (Alambert, 1997)

As mulheres foram expulsas das profissões liberais que exerciam, e excluídas das atividades burocráticas. Com a Igreja controlando tudo, elas perderam muitos de seus antigos poderes e pouco a pouco foram também expulsas das guildas artesãs¹¹. Mantiveram seus direitos comerciais, mas não podiam decidir nada; tinham baixos salários e pouca qualificação. Algumas esposas de artesãos e pequenos comerciantes acabavam por empregar-se como assalariadas em pequenas manufaturas de tipo industrial. Outras apoiaram as heresias. E, para enfrentá-las, a Igreja e a burguesia criaram a idéia de feitiçaria e uma nova legislação familiar que considerava a mulher juridicamente incapaz. (Alambert, 1997)

As feiticeiras e a Santa Inquisição

No seio da Igreja, a Inquisição enviou à fogueira dezenas de mulheres acusadas de feitiçaria. Dizia-se que as feiticeiras atacavam a força sexual dos homens, o poder reprodutor das mulheres e agiam para exterminar a fé. Aliás, a bruxaria foi uma das marcas da Idade Média. E ela revela a ignorância, a competição e a confusão que na época exerciam domínio sobre os espíritos. As ditas feiticeiras existiam em grande número, e a elas se atribuíam poderes maléficos, baseados num entendimento direto com o diabo. (Alambert, 1997)

Examinando os processos contra as feiticeiras, veremos que elas, à custa de torturas, confessavam-se bruxas. Na prática, porém, o que elas faziam? Usavam ervas medicinais para abortar, ou poções misteriosas para prender seus homens e matar seus inimigos. Na verdade, foram nada mais nada menos do que vítimas do patriarcado exacerbado. Fada ou sibila, a mulher apropriara-se de alguns segredos da natureza e os dividira com

¹¹ Guildas: palavra originada de *gilda* ou *ghilda*. Eram associações de mutualidade, constituídas na Idade Média entre as corporações de operários, artesãos, negociantes e artistas (Dicionário Aurélio Buarque de Holanda).

outras mulheres que necessitavam conhecê-los. No fundo, elas exerciam um outro poder, o que se tornou intolerável aos olhos do patriarcado e do poder clerical monopolizado por homens. (Alambert, 1997)

A caça às feiticeiras foi terrível, levou a um tremendo genocídio, que só terminou no século XVIII, e só foi superado pela ação hitlerista na Europa de nosso tempo. O pretexto da feitiçaria serviu em muitos casos para o exercício de vinganças torpes ou para alguns fins meramente políticos e de interesse pessoal. Lembremos aqui o caso de Joana d'Arc, que, após ter entrado triunfante em Orléans, à frente das tropas francesas, foi entregue, por outros franceses, aos ingleses – que ela havia derrotado em Orléans –, que a julgaram como feiticeira e queimada viva. (Alambert, 1997)

Cabe aqui uma ressalva. Se bem que os processos contra as chamadas bruxas e feiticeiras tenham marcado a Idade Média, não foram privilégio desta. Afinal, foi em plena Idade Moderna – a mesma que presenciou a descoberta de um Novo Mundo com as grandes navegações, a ascensão da burguesia comercial, o fim do feudalismo e a formação dos primeiros estados nacionais europeus – que o teor e as forças do mal deixaram o campo da credence popular para fundamentar uma perseguição sistemática às mulheres promovida por tribunais leigos, religiosos e da própria Inquisição, que, sob controle papal, sobreviveu até o começo do século XIX. (Alambert, 1997)

“No início da modernidade, a situação se altera e a essência da bruxaria deixa de ser vista como magia malévola para se fixar no pacto com o demônio: a bruxaria torna-se heresia”¹².

Além da bruxaria, outras superstições floresceram na Idade Média. E tais superstições atuavam profundamente sobre o espírito feminino, dada a sua própria condição de vida. Elas geralmente não sabiam ler, ignoravam tudo e apenas conheciam as artes mágicas como algo que poderia dar felicidade ou infelicidade no amor, assim como trazer os bons ou maus agouros atuantes em sua vida. A preocupação em defender a virgindade das jovens, como um imenso valor a ser resguardado, foi uma das características da moralidade dos tempos medievais. (Alambert, 1997)

A legislação foi outro instrumento utilizado para normatizar e perpetuar as mulheres em seus papéis subordinados, o que levou à morte civil da mulher na família e na sociedade. (Alambert, 1997)

Grandes transformações ocorreram na vida da mulher a partir da época medieval, mas essas mesmas transformações oferecem aspectos contraditórios, fazendo com que fundamentalmente a condição do sexo feminino se mantivesse no mesmo plano anterior, de subordinação ao homem¹³.

A mulher no Renascimento

O período que engloba os séculos XV e XVI foi denominado Renascimento. Trata-se de um período de transição, no qual podemos notar, convivendo juntas, as sombras da realidade medieval e as luzes de um novo sistema, o capitalismo nascente. E as grandes contradições que marcam o período refletem-se agudamente na vida das mulheres. (Alambert, 1997)

As das classes e camadas desprivilegiadas sempre viveram na parte sombria do Renascimento. O capital ascendente do comércio buscava novos meios de aumentar seus

¹² Teles, Norma. “Ronda das feiticeiras”, p. 91. Comunicação apresentada no Seminário Temático Mulher em Seis Tempos. Araraquara, SP. Dep. de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural e Urbana, Faculdade de Ciências e Letras-UNESP, set. de 1991. A comunicação foi publicada no livro *Mulher em seis tempos*.

¹³ Alambert, Z. *Mulher. Uma trajetória épica*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997, p. 45, 46, 47 e 48.

lucros, para poder produzir juros. O senhor de extensas terras, que havia explorado seus servos empunhando o chicote, fora substituído pelo empresário atacadista, que comprava a força viva do trabalhador para que, na condição de assalariado, ele fosse obrigado a encher-lhe os bolsos com sua mais-valia. (Alambert, 1997)

As primeiras vítimas dessa nova situação foram as mulheres, principalmente no que concerne ao trabalho em domicílio, que muito se desenvolveu do século XV ao XVII, em todos os países da Europa. Ele se diferenciava do trabalho artesanal, porque tinha um intermediário que ficava com a parte do lucro que a trabalhadora em ambiente doméstico ganhava. Logo, a fim de ganhar um pouco mais, ela tinha de se desdobrar para alcançar uma boa produtividade, o que elevou o nível da produção. (Alambert, 1997)

Simultaneamente, esse processo levou, também, a uma forma adicional de exploração do trabalho feminino. Paralelamente ao artesanato que morria, ampliava-se muito esse novo tipo de trabalho, principalmente nas grandes cidades da Itália. Nele predominavam as mulheres trabalhando como tecelãs, bordadeiras, fiandeiras, trabalhadoras em seda etc. As indústrias, apoiadas no trabalho em domicílio, desenvolveram-se também na Holanda e na Inglaterra, com o florescimento da indústria têxtil e de vestuário. (Alambert, 1997)

Este tipo de trabalho era lamentável. Os empresários exploravam e atormentavam as mulheres de múltiplas formas. Por exemplo, ameaçavam a cidadã sozinha de denunciá-la por prostituição e vagabundagem, situação passível de castigos severos e vergonhosos. Assim sendo, as trabalhadoras em domicílio aceitavam todas as condições que os intermediários, verdadeiros vampiros, lhes impunham. (Alambert, 1997)

E a mulher, que no tempo do artesanato ainda conseguia gozar de respeito como pessoa, na atividade em domicílio perdeu até mesmo esse privilégio. O trabalho no ambiente doméstico baseava-se em jornadas de 14 a 15 horas, com os salários sendo mantidos muito baixos. Toda essa situação gerou o crescimento da prostituição, que nunca fora tão grande. (Alambert, 1997)

No que concerne às mulheres privilegiadas, elas foram obrigadas a passar para o nome do marido as suas propriedades, o que também contribuiu na acumulação capitalista. É bem verdade que a forma mudara, mas sob o Renascimento a mulher continuava oprimida, explorada e privada de direitos. (Alambert, 1997)

Na época predominavam dois tipos de mulher: de um lado, estava a mulher macilenta, faminta, esgotada pelo trabalho em domicílio; de outro, as mulheres que viviam no luxo, divertindo-se muito para preencher o tempo livre de que dispunham. Elas eram condessas, princesas, etc., que se ocupavam em dilapidar sua herança, deixando filhos e casas em mãos de empregados. (Alambert, 1997)

Mas nem mesmo essas parasitas gozavam de direitos como cidadãs; seus maridos as viam como ociosas e, portanto, como objeto de desprezo. O casamento apenas lhes garantia vida farta, conservando, porém, as mesmas características da Idade Média. Considerando-se bem, o Renascimento foi uma época de liberdade de costumes e também de desenfreados prazeres, apesar de as adúlteras ainda sofrerem penas muito pesadas. Assim as coisas seguiam seu curso: para umas, festas e alegria, e para outras, miséria e sofrimento. (Alambert, 1997)

O Renascimento não conseguiu extinguir as injustiças milenares que continu-

avam a pesar sobre as mulheres. As luzes que surgiram, como veremos mais adiante, não tiveram força suficiente para iluminar as trevas herdadas da Antiguidade e dos tempos medievais. Afinal, tratava-se de um período ainda de transição entre o feudalismo agonizante e o capitalismo nascente. E só o desenvolvimento deste levou à sepultura a atmosfera sufocante da Idade Média. (Alambert, 1997)

A mulher no capitalismo

O capitalismo nasceu na Europa Ocidental entre os séculos XIV e XV. Poderíamos chamar a configuração que assumia nessa época de capitalismo pré-monopolista. Ele surgia e se desenvolvia caracterizado pela predominância da livre concorrência. Os meios de produção pertenciam a capitalistas isolados. Em todos os ramos da indústria as empresas estavam nas mãos de particulares, e não de companhias, como atualmente ocorre. (Alambert, 1997)

Capitalismo monopolista

O período do triunfo do capitalismo nos países adiantados, preparado pelo desenvolvimento das relações sociais e econômicas capitalistas no período precedente, especialmente a partir da Revolução Inglesa do século XVII, estende-se desde a Revolução Francesa do século XVIII até a Comuna de Paris. Podemos dizer que a Revolução Francesa, que é importante frisar que teve caráter burguês, inaugura o período de triunfo do capitalismo, porque ela foi a primeira a assentar um golpe aniquilador contra o regime feudal absolutista na Europa. E prolongou-se até a vitória completa da burguesia sobre a aristocracia e a nobreza. Nenhuma revolução desse tipo tinha ido tão fundo. (Alambert, 1997)

Depois dela, a burguesia e o proletariado industrial converteram-se nas principais classes sociais nos países mais adiantados dessa época. Outras revoluções burguesas seguiram-se na Europa, iniciando nos países desse continente as transformações capitalistas. A burguesia foi revolucionária, transformadora, até o momento em que proletariado se firmou como classe. Nesse momento, seu revolucionarismo desapareceu e ela aceitou prazerosamente a conciliação com o que restava da classe feudal. (Alambert, 1997)

Nesse processo, a Revolução burguesa na Inglaterra, na metade do século XVII, desempenhou um importante papel. A passagem do poder às mãos da burguesia e da aristocracia aburguesada naquele país, a supressão dos últimos vestígios do regime feudal, tanto na agricultura quanto na indústria, muito contribuíram para que a Inglaterra dos séculos XVII e XVIII se convertesse na vanguarda do mundo e na primeira grande potência mundial, possuidora de muitas colônias. A partir desse domínio é que o capitalismo ganhou forças em todo o mundo, até seu triunfo quando da Revolução Francesa. Por isso, a Revolução Inglesa do século XVII tem um alcance histórico mundial, e por isso, a partir dela, consideramos chegada a hora de ter início a história moderna e conseqüentemente o capitalismo moderno. (Alambert, 1997)

Tais fatos significaram o aparecimento de um mundo novo, que substituiu a antiga sociedade feudal. As mudanças políticas (com a introdução do parlamentarismo) e as liberdades conquistadas acompanharam as mudanças econômicas. Tais transformações cobram, todavia, um preço muito alto. Adam Smith e Karl Marx mostraram, muito bem, que a acumulação capitalista que permitiu a revolução técnico-científica e o surgimento

da manufatura, em substituição às oficinas artesanais, se fez a partir da exploração colonial, da guerra e da super-exploração do trabalhador, tendo sido a mulher um dos grupos mais sacrificados da sociedade. O capital com base no assalariamento multiplicou sua opressão, principalmente por meio da intensificação do trabalho manual em domicílio. (Alambert, 1997)

Até fins do século XVII, existiram as corporações, que garantiam, na grande maioria das oficinas, o monopólio do trabalho masculino. Eram poucas as corporações ou grêmios femininos. Em Paris, só as floristas e as tecelãs de linho e cânhamo tinham suas corporações. E cresciam as profissões ditas femininas, desvalorizadas e sem prestígio: engomadeiras, lavadeiras, camiseiras, bordadeiras, guarnecedoras de passamanaria, taberneiras e tapeceiras. As mulheres eram usadas também para mover o moinho nas oficinas dos donos das lavras de ouro e prata. Muitas trabalhavam em casas de famílias burguesas e nobres, costurando para as donas de casa. Outras trabalhavam como domésticas (sempre o refúgio das mais pobres), e, vivendo junto ao luxo das patroas, muitas vezes tornavam-se frívolas e intrigantes. (Alambert, 1997)

Nenhuma lei regulava esse tipo de trabalho. A vida luxuosa e perdulária levou muitas moças de famílias fidalgas arruinadas a se empregarem, também, em casas de nobres, como professoras e damas de companhia. As profissões masculinas continuavam vedadas às mulheres. Aquelas que no século XVII despertaram para a cultura não chegaram a uma profissão liberal. Muitas escreviam bem, mas jamais puderam viver profissionalmente das letras. A cultura da mulher a valorizava, mas nunca foi um meio para conquistar o direito ao trabalho profissional. (Alambert, 1997)

Em meio a esse processo surgem as *preciosas*, mulheres que freqüentavam os salões ilustres do século XVII. Por sua delicadeza de linguagem, seus amores lamentáveis, tornaram-se artificiais, transformando-se nas preciosas, cheias de fatuidade literária e de pretensões ridículas. Criaram um estilo empolado, corrompido, eivado de estrangeirismos, o que tornava impossível entender o que queriam dizer. Em suas obras *As preciosas ridículas* e *As sabichonas*, Molière criticou duramente esse tipo de mulheres, que, afinal de contas, não constituiu um brilhante momento da vida das francesas. (Alambert, 1997)

As preciosas existiram também em outros países europeus. Esse pedantismo literário deu à mulher algumas vantagens no que concerne à divulgação de certos conhecimentos para elas mesmas e para a sociedade. Essas pequenas vantagens acentuaram o contraste chocante entre a situação da mulher das classes mais elevadas e a das mulheres do povo. Enquanto as primeiras tinham condições de desenvolver seus espíritos, as segundas prosseguiram sem instrução. O papel desempenhado pela mulher na vida social, política e literária, comparado com a inferioridade em que foi mantida pela lei civil e religiosa, nos parecerá menos brilhante. Elas continuavam a ser um “objeto de luxo” ou um “utensílio”, conforme a classe a que pertencessem. (Alambert, 1997)

O Grande Século deu notável impulso à evolução da mulher, sobretudo no campo intelectual. Cresceu o número de professoras e de mulheres preparadas nas letras e nas artes. E o leque de profissões que as mulheres do povo puderam exercer ampliou-se. (Alambert, 1997)

O século das mulheres

O século XVIII foi considerado “o século das mulheres”. As ricas e nobres foram aduladas. Eram muito ouvidas na corte. Surgiram as favoritas reais na França, intervindo nos negócios do Estado. As mulheres pleiteavam liberdade sexual, e a licenciosidade tornou-se fato corrente. Prosseguiu a controvérsia sobre os direitos da mulher. Vozes se ergueram em favor da instrução feminina, mas predominaram as que pregavam a educação familiar tradicional. Dizia-se: “As cozinheiras que não sabem ler preparam as melhores sopas”. Apesar disso, cresceu o número de escolas em casa, embora os programas ainda fossem deficientes. Geralmente as mulheres lutavam por liberdade no amor, indiferentes a seu destino e alheias a dignificação de seu sexo. As mulheres do povo viam se agravar suas condições de vida. Estavam largadas à própria sorte. (Alambert, 1997)

A emancipação feminina girava em torno dos salões, dos amores, do materialismo impudico das mulheres cultas. O típico modelo feminino da época era a mulher que não queria ser mera figurante. As mulheres nas cortes viviam enredadas em intrigas políticas e de amor. Discutiam o *Contrato social*, as descobertas de Newton ou o Parlamento inglês. Elas viviam desligadas do povo, sentiam-se superiores e, como tal, desprezavam as mulheres de outras classes sociais, cuja condição de vida não as impressionava. O fim do século XVIII corresponde ao desabar de um mundo e o começo do outro, tanto para homens quanto para mulheres. (Alambert, 1997)

Em todos os dados que colhemos, no processo de pesquisa sobre a história das condições de vida das mulheres através dos tempos, tendo como eixo o trabalho de Z. Alambert, pudemos sentir que as pobres sempre foram o “burro de carga”, afundadas no trabalho, as ricas ou privilegiadas sempre viveram mergulhadas em seus triunfos intelectuais e mundanos, e todas elas foram sempre apenas reprodutoras da espécie, escravas declaradas incapazes pelas leis e códigos. Diz ainda essa autora que, nesse longo caminhar, encontramos rainhas, santas, esposas, mães, trabalhadoras, amadas e respeitadas. E que seus feitos foram, porém, ignorados, pois a servidão feminina não pôde ser eliminada. (Alambert, 1997)

Capitalismo moderno – As revoluções burguesas. (Alambert, 1997)

Revolução Francesa

As mulheres julgaram que, com o advento da Revolução Francesa em 1789, muita coisa, em seus destinos, se transformaria. Elas foram das primeiras a lutar para que as palavras de ordem da República (liberdade, igualdade e fraternidade) fossem vitoriosas, acreditando que suas vidas sacrificadas também iriam mudar. Cedo, porém, suas esperanças foram fraudadas. Os mesmos revolucionários que incluíram as mulheres em suas fileiras, deram-lhes armas e aceitaram seus sacrifícios nos dias sangrentos da Revolução negaram-lhes o direito de serem consideradas cidadãs. A Declaração dos Direitos do Homem excluiu-as, negando-lhes categoricamente o reconhecimento de condições para participarem da vida pública. Para os homens, a mulher cidadã seria a subversão do próprio mundo. E elas não tiveram forças então para fazer valer seus direitos. Mirabeau escreveu um importante discurso sobre a educação pública e nele falou da missão da mulher: “O Homem e a Mulher desempenham na natureza papéis inteiramente diversos;

logo não podem desempenhar o mesmo papel na sociedade; nela, a cada sexo foi reservado um papel diferente". (Alambert, 1997)

Os dias que se seguiram à Revolução Francesa foram os mais sombrios da história da mulher. O poder masculino passou a se vingar do sexo que o contestara, agindo no sentido de varrer as mulheres de todos os acontecimentos. Seu estatuto jurídico passou a ser definido por uma ditadura militar. A ideologia burguesa em formação fez sentir, em reação às mulheres, todo o seu desprezo. (Alambert, 1997)

O Código de Napoleão representou um passo atrás em relação ao Antigo Regime. Nele há todo um intuito de estabelecer sobre a mulher casada a tutela do marido, do mesmo modo que no Direito Romano. Seu Artigo 213 reza: "O marido deve proteção à mulher e a mulher, obediência ao marido". Isso resume a doutrina do poder marital, da supremacia do homem e da inferioridade da mulher no casamento. (Alambert, 1997)

Esse Código mutilou implacavelmente a precária liberdade que a Revolução concedera à mulher. A instrução feminina foi abandonada, já que as escolas fundadas por Napoleão eram exclusivamente masculinas. Sob o Império napoleônico, a situação da mulher nada teve de brilhante. Napoleão pensava "que a mulher é dada ao homem para procriar". E o curioso é que, simultaneamente, defendia a poligamia para o homem e a estabilidade da vida familiar, apoiada na mulher. Coerente com essa postura ampla, sua vida pessoal foi cheia de aventuras extraconjugais. Ele pregava ligações efêmeras, sem compromisso, nada de ter amantes oficiais. Nesse espírito, a mulher foi apenas a esposa, a mãe e a dona de casa, enquanto os homens, longe de casa, defendiam a sorte do país nos campos de batalha. Cresceu muito o número de viúvas que disputavam os homens com as solteiras. Floresceram as agências matrimoniais. Os casamentos eram precários e entre pessoas de idades diferentes. (Alambert, 1997)

Em suma, o período napoleônico não valorizou a mulher, mesmo considerando-se que a mulher do povo continuava lutando por trabalho profissional, cada vez mais decidida e consciente, embora relegada a um lugar subalterno na vida familiar e impedida de participar da vida pública. (Alambert, 1997)

O romantismo

Após a queda de Napoleão, emergiu na França o romantismo. A sociedade abriu-se novamente para os prazeres mundanos, a mulher entrou nos salões da capital e se instalou na vida intelectual e artística. Surgiram muitas escritoras. Todo esse reinado da mulher foi, entretanto, ilusório. Os clubes que para ela se abriam já não eram mais revolucionários, estes tinham sido fechados por Napoleão. A maioria das mulheres via que suas vidas se degradavam cada vez mais. A literatura romântica tornou-se o formidável reservatório de mitos que a história conheceu. Os mitos já existiam, é verdade. E Musset, Vigny, Balzac, Michelet, entre muitos outros, nada mais fizeram do que os recolher e reativar. (Alambert, 1997)

Em sua obra *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir analisa muito esses mitos: o mito da criação e da queda, o mito da fecundidade, da virgindade, da passividade, da fragilidade, da mulher feiticeira, fada, etc. Alguns deles evocavam o poder erótico da mulher. Outros, seu duplo caráter de anjo e demônio. As obras românticas apresentam ambigüi-

dades. Stendhal, nesse sentido, é um bom exemplo. Ele muitas vezes manifestou grande compreensão em relação à mulher e seus problemas. Chegou mesmo a defender o direito da mulher à instrução. Outras vezes, porém, pediu que a mulher não abdicasse de sua feminilidade. Balzac, por sua vez, é muito criticado por sua misoginia, em seu livro *A psicologia do casamento*. (Alambert, 1997)

Capitalismo contemporâneo

A segunda metade do século XIX assiste ao desenvolvimento do socialismo revolucionário, sob a influência de Marx e Engels. Eles, que sentiram muito a derrota do proletariado francês na Comuna de Paris, souberam avaliá-la em sua obra *A guerra civil na França*, em 1871. Já antes, em 1848, preocupados com a ausência de uma teoria sólida que orientasse o proletariado em suas futuras lutas para conquistar o poder político das mãos da burguesia, elaboraram o *Manifesto do Partido Comunista*. (Alambert, 1997)

No *Manifesto*, que teve grande repercussão em todo o mundo, eles denunciam a propriedade privada dos meios de produção como o próprio fundamento do capitalismo. Concluem que a revolução proletária deve abolir esse sistema e criar um outro, baseado na propriedade coletiva de todo o povo. (Alambert, 1997)

Em suas análises políticas, Marx desconheceu, todavia, os lucros que o capital e a família retiravam da produção doméstica não mercantil das mulheres. Jamais viu a luta da mulher como uma luta específica travada por elas próprias para alcançar direitos e uma mudança de lugar na sociedade. Apesar disso, apoiaram com força, nos sindicatos e na Primeira Internacional Socialista, os direitos políticos e econômicos das mulheres, contra o antifeminismo de Proudhon. No livro *A mulher e o socialismo*, Marx e Engels defenderam as ideais das mulheres, que as levavam a travar seu próprio combate, apesar de eles continuarem achando que a questão feminina era uma questão social, que se subordinava à resolução geral do problema da superação do capitalismo. (Alambert, 1997)

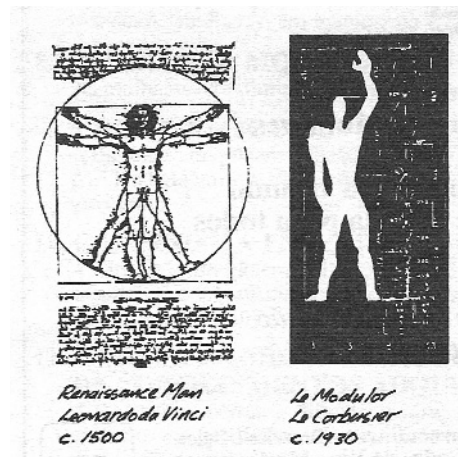
O antifeminismo atingiu também os sindicatos, que se batiam para que a mulher não ingressasse no mercado de trabalho, a fim de evitar a sua concorrência. Eles pediam a supressão do trabalho feminino e faziam greves contra a contratação de mulheres. (Alambert, 1997).

Conclusão: em toda a história relacionada aos direitos das mulheres, podemos perceber que o que está sempre em jogo é a herança, os bens. Permeando todas as civilizações da humanidade, a liberdade das mulheres sempre passa pelo respeito ao conceito da propriedade privada, inclusive do seu corpo. No caso da era medieval, depois das invasões chamadas bárbaras a legislação medieval altera os costumes, a mulher sempre perdendo direitos mínimos que ainda tinha nas legislações germânicas e romanas.

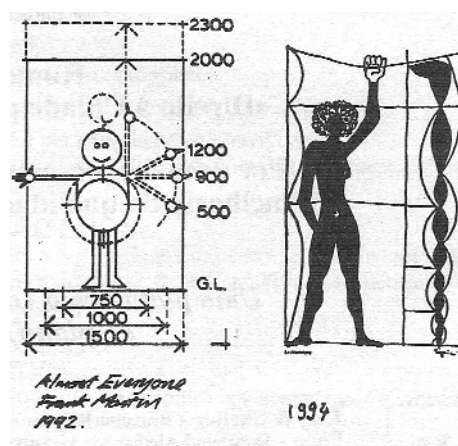
Nos últimos 60 anos as francesas dando continuidade a sua participação marcante na Revolução Francesa, vêm a público discutindo e questionando o mito do amor materno e tirando o véu de que esta preocupação com a criança dos pensadores e legisladores da época era uma questão de humanismo, mas sim de preocupação em aumentar os braços para o trabalho das indústrias para o avanço do mercado de consumo, e, impingiam às mulheres a tarefa de continuar sendo parideiras intermináveis e negando sua participação política como direito. Na década de 70 as francesas da área de planejamento urbano, no caso as geógrafas, desenvolvem um processo de discussão sobre a mulher e as

idades e lançam o resultado de uma pesquisa sobre as mulheres e culmina com a carta das mulheres à cidade, onde propõem a planificação incorporando as reivindicações das mulheres pelo acesso à cidade. De lá para cá abre-se nas Universidades e no movimento feminista da democratização das cidades e as turcas, argentinas e brasileiras desenvolvem linhas de pesquisa e propostas a serem incluídas nos instrumentos de planejamento das cidades.

Os próximos capítulos nos atermos a registrar a produção do espaço construído pelas mulheres na área metropolitana da cidade São Paulo, nos últimos 30 anos, com ênfase à cidade de São Paulo, e apoiando-se no movimento social feminista que muito interferiu com suas propostas de políticas públicas sociais e urbanas, ocupando as praças, as ruas e construindo equipamentos sociais produtores de novas representações simbólicas na cidade, assim como recomendações às instituições, do executivo, legislativo e judiciário, assim como para a Universidade.



Carta Européia das Mulheres na Cidade, 1995.



Carta Européia das Mulheres na Cidade, 1995.